

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.596 - RJ (2019/0256337-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS** : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**  
                  **LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439**  
                  **LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO - RJ174799**  
**RECORRIDO** : **JAYR JOSE GREGORIO**  
**ADVOGADO** : **JOÃO JOAQUIM PINTO - RJ053866**

**DESPACHO**

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, contra acórdão assim ementado (fls. 509/510):

APELAÇÃO CÍVEL. CEDAE. AÇÃO VISANDO DESCONSTITUIR A COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO, MODIFICAR A TITULARIDADE DA CONTA E OBTER INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, APENAS DETERMINANDO A DEVOLUÇÃO DOBRADA DOS VALORES PAGOS COMO TARIFA DE ESGOTO SANITÁRIO. APELAÇÃO EXCLUSIVA DA CEDAE, RESUMINDO-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL A VERIFICAR A REGULARIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO, A FÓRMULA DE DEVOLUÇÃO A SER INSTITUÍDA, ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL APLICÁVEL À ESPÉCIE. NÃO HOUE IRRESIGNAÇÃO RECURSAL QUANTO À REJEIÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS INDENIZÁVEIS E DA TROCA DE TITULARIDADE DA CONTA DE CONSUMO. PROVA PERICIAL CONCLUSIVA QUANTO À AUSÊNCIA TOTAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PELA CONCESSIONÁRIA RÉ. ESGOTO PROVENIENTE DO IMÓVEL OBJETO DO FEITO QUE NEM MESMO SE ENCONTRA CONECTADO ÀS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS. MUITO EMBORA CAIBA AO USUÁRIO EFETUAR A CONEXÃO DA REDE INTERNA ÀS TUBULAÇÕES EXTERNAS DA CEDAE, AINDA QUE SEJA PARA DESTINAÇÃO FINAL ÀS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, NO CASO CONCRETO SOB JULGAMENTO, A

# *Superior Tribunal de Justiça*

RÉ/APELANTE NÃO COMPROVOU TER EFETUADO A NOTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR PARA QUE EFETUASSE A CONEXÃO, NÃO TENDO SEQUER INDICADO A DATA EM QUE A DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA PASSOU A SER REALIZADO. TAMBÉM NÃO DEMONSTROU A RÉ TER EFETUADO O TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DA FOSSA SÉPTICA DA UNIDADE RESIDENCIAL, RAZÃO PELA QUAL AGIU COM ACERTO A SENTENÇA AO CONDENAR A RÉ A DEVOLVER OS QUANTITATIVOS PAGOS SOB A RUBRICA DE TARIFA DE ESGOTO, SENDO APLICÁVEL À HIPÓTESE A PRESCRIÇÃO DECENAL, NOS TERMOS DO VERBETE SUMULADO Nº 412 DO STJ. A SENTENÇA MERECE ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, SOBRE O TERMO INICIAL DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA, FIXANDO AMBOS COMO A DATA DO DESEMBOLSO, NOS TERMOS DO QUE DISPÕE A SÚMULA 331 DESTES TRIBUNAL: “ NAS AÇÕES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE NATUREZA CONSUMERISTA, A CORREÇÃO MONETÁRIA E OS JUROS MORATÓRIOS CONTAM-SE A PARTIR DA DATA DO DESEMBOLSO .” NO QUE TANGE À REPETIÇÃO DO INDÉBITO, DEVE SER ACOLHIDA A PRETENSÃO RECURSAL PARA QUE SEJA EFETUADA NA FORMA SIMPLES. SEJA POR CAUSA DA GRANDE DISCUSSÃO QUE PERMEIA A MATÉRIA, SEJA PORQUE A RÉ, DE FATO, DISPONIBILIZOU REDE EXTERNA NA LOCALIDADE PARA A CONEXÃO DOS ESGOTOS RESIDENCIAIS ÀS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, CONSTATAÇÃO APTA A AFASTAR A MÁ-FÉ NAS COBRANÇAS E, POR CONSEQUENTE, A DESCONSTITUIR A DEVOLUÇÃO DOBRADA PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 42, DO CDC. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MODIFICADA.

Nas razões do especial os ora agravantes pleiteiam a restituição em dobro dos valores pagos pelos autos referentes à tarifa de esgoto sanitário.

Observa-se que a matéria central da demanda refere-se a tributos sendo, portanto, a Primeira Seção competente para análise do presente recurso, conforme o previsto no art. 9º, § 1º, IX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. A

# *Superior Tribunal de Justiça*

confirmar, entre outros: REsp 1532514/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/5/2017, DJe 17/5/2017.

Diante do exposto, proceda-se à redistribuição do feito a um dos ministros integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

